



O campesinato no "ramal da fome" paulista: contextualização histórica e transformações das atividades produtivas

Tiago Santi¹

Helbert Medeiros Prado²

RESUMO: Conhecido como "ramal da fome", o sudoeste paulista é uma das regiões menos desenvolvidas do estado, e das que apresentam as maiores discrepâncias entre pequenos e grandes produtores rurais. Este artigo discute aspectos socioeconômicos e históricos da região, bem como o perfil e o histórico produtivo dos seus produtores familiares nos últimos 70 anos. A partir de uma abordagem antropológica, foram realizadas entrevistas com indivíduos de nove propriedades nos municípios de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre. Grosso modo, como resposta à modernização agrícola da região, o portfólio produtivo das famílias se diversificou até os anos de 1980, voltando a se especializar ao longo das últimas quatro décadas. Estratégias econômicas distintas entre as propriedades também foram observadas. Estas parecem estar relacionadas a múltiplos fatores (biofísicos, sociais e culturais) que atuaram em conjunto sobre as tomadas de decisão dos produtores. O histórico produtivo das famílias aqui registrado pode se constituir em importante subsídio às atividades de extensão do Campus Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos, assim como para a formulação de políticas públicas na região.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; Agricultura Familiar; Sudoeste Paulista; Histórico Produtivo.

THE PEASANTRY IN THE "HUNGER BRANCH" OF SÃO PAULO STATE: HISTORICAL CONTEXTUALIZATION AND TRANSFORMATIONS OF PRODUCTIVE ACTIVITIES

ABSTRACT: Known as the "hunger branch", the southwest of São Paulo state is one of the least developed regions in the state and among those showing the highest inequalities between small and large rural producers. This article discusses the socioeconomic and historical aspects of the region, as well as the historical profile of family farmers in the last 70 years. Based on the anthropological approach, interviews were carried out among individuals of nine properties in the Angatuba, Buri, and Campina do Monte Alegre municipalities. Roughly speaking, in response to the modernization of agriculture in the region, the productive portfolio of families diversified until the 1980s, returning to specialize over the past four decades. Different economic strategies between properties were also observed. These seem to be related to multiple drivers (biophysical, social, and cultural) affecting decision-making of the producers. The productive history of the families reported here may represent an important subsidy for the extension activities of the Lagoa do Sino Campus of the Federal University of São Carlos, as well as for the formulation of public policies in the region.

KEYWORDS: Peasantry; Family Farming; Southwest of São Paulo State; Productive History.

¹ Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: tiagosanti88@gmail.com

² Doutorado em Ecologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: helbertmedeirosprado@gmail.com

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o trem da antiga Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), que ligava a cidade de São Paulo ao interior do estado, ao chegar à estação de Iperó dividia-se em dois comboios: a maior parte dos vagões, incluindo o vagão-restaurante, seguia pela linha tronco até as cidades da Alta Sorocabana, enquanto os vagões com destino aos municípios do sudoeste paulista eram conectados a outra locomotiva, seguindo viagem pelo ramal ferroviário de Itararé. Desprovido de um vagão-restaurante, este ramal passou a ser conhecido pela alcunha de “ramal da fome” (FOGAÇA, 1998). O termo viria a se perpetuar na memória e no imaginário da população paulista, não só em referência ao ramal ferroviário, mas simbolizando também os altos índices de pobreza e fome na região, bem como o descaso do poder público, estadual e nacional, para com suas necessidades.

Historicamente, o sudoeste paulista é retratado como uma das regiões menos desenvolvidas economicamente do estado (FAVARETO, 2007; MATHEUS, 2016). O processo de ocupação da região, marcado pelo alto grau de concentração fundiária, assim como a baixa integração às culturas de exportação, especialmente o café, que legaram grandes ciclos de desenvolvimento a várias regiões do estado, são alguns dos fatores que ajudam a explicar seu perfil socioeconômico. Com uma economia baseada em atividades agropecuárias voltadas ao mercado interno, a região ficou à margem dos investimentos públicos e privados, ocasionando uma série de problemas e deficiências em diversas áreas (NOGUEIRA, 1999).

No centro das carências socioeconômicas da região, encontra-se sua população rural, notadamente os pequenos produtores de base familiar. Estes produtores são descendentes de famílias do sul do país ligadas ao tropeirismo³, de Minas Gerais, de imigrantes europeus, além de comunidades indígenas e quilombolas do passado (LISBOA, 2008; MATHEUS, 2016; CANDIDO, 2017). Ainda que apresentem um modo de vida e produção relativamente rústicos, essas famílias detêm um conjunto peculiar de práticas produtivas tradicionais e de conhecimentos ambientais que foram se adaptando às características socioeconômicas e ambientais da região. Apesar da dinâmica agrícola específica do sudoeste paulista, o modo de vida e estratégias produtivas de seus pequenos produtores sofreram fortes influências dos processos de desenvolvimento que ocorreram em outras regiões do estado, principalmente pelo modelo de desenvolvimento agrário que tomou força no Brasil a partir da segunda metade do século XX (NOGUEIRA, 1999).

³Tropeirismo refere-se à atividade de transporte de animais (muales e reses) e mercadorias. O termo está associado à rota dos tropeiros, que ligava o extremo Sul do Brasil à tradicional feira de mulas de Sorocaba nos séculos XVIII e XIX. A atividade estimulou o povoamento e a economia ao longo de sua rota, bem como a emergência de traços culturais que perduram até os dias atuais (PETRONE, 1973; LISBOA, 2008).

Tal modelo, ao mesmo tempo que beneficiou o grande latifúndio, promovendo a mecanização do processo produtivo e a expansão das monoculturas voltadas sobretudo à exportação, gerou um processo de exclusão dos agricultores familiares que não conseguiam se integrar a essa nova forma de produção, além de se depararem com sérias dificuldades para manter suas atividades tradicionais (WANDERLEY, 1996; 2009; VEIGA; ABRAMOVAY; EHLERS, 2003). Assim, desenhou-se no sudoeste paulista um cenário que sempre beneficiou o grande latifúndio e fomentou importantes mudanças nas estratégias produtivas da agricultura familiar, bem como trouxe graves consequências socioambientais e culturais na região (MATHEUS, 2016).

Inserido neste contexto, o escritor Raduan Nassar decide doar sua fazenda localizada no município de Buri (SP) para a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região. Assim, em 2014, é inaugurado o Campus Lagoa do Sino da UFSCar, tendo como um de seus eixos norteadores de atuação o trabalho com a agricultura familiar. No seu projeto de implantação, o campus tem o objetivo de fomentar práticas produtivas sustentáveis, a segurança alimentar, a coesão social local, a preservação ambiental, a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável das paisagens naturais, bem como o respeito às heranças culturais (PAULILLO *et al.*, 2011).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de realizar estudos mais aprofundados sobre o desenvolvimento do meio rural desta região específica, principalmente focados na realidade dos pequenos produtores rurais que ali residem. Pensando nisso, o presente artigo tem o objetivo de fazer uma contextualização histórica sobre aspectos econômicos e ambientais do sudoeste paulista. Busca-se, também, investigar de forma mais aprofundada o perfil do pequeno produtor familiar da região, o histórico produtivo de suas propriedades e suas estratégias produtivas utilizadas ao longo do tempo frente às transformações no contexto socioambiental em questão. Além disso, esse estudo também visa trazer subsídios à extensão universitária e à formulação de políticas públicas na região. Sendo assim, apresentaremos aqui os resultados de uma investigação de orientação antropológica e histórica no contexto do “ramal da fome”, mais precisamente entre famílias rurais dos municípios de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre.

O “RAMAL DA FOME” PAULISTA: ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA E AMBIENTAL

O histórico de pobreza no sudoeste paulista tem suas raízes desde os primórdios do período colonial, marcado por um processo de ocupação desordenada e

violenta, levando à expulsão ou extermínio dos povos indígenas que ali viviam. Até o início do século XIX, predominou na região uma ocupação territorial por meio de sesmarias⁴. Estas eram em grande parte mantidas por agregados e escravos, que viviam em situações precárias e, aparentemente, sem nenhuma atividade produtiva de relevo (CORRÊA, 2013).

Outra importante característica do sudoeste paulista foi sua íntima ligação com a rota dos tropeiros, que conectava o extremo sul do Brasil a São Paulo, desde a primeira metade do século XVIII. A rota, que corta a região, foi amplamente utilizada durante dois séculos para o trânsito de tropas (muare e reses) que eram comercializadas na famosa feira de mulas de Sorocaba (PETRONE, 1973). Tal atividade estimulou o povoamento de áreas até então conhecidas como “desertas” e “sertões”, fomentando o aparecimento de fazendas de criação e de internada de gado ao longo da rota. Muitas das cidades da região, especialmente as abordadas neste estudo, foram fundadas a partir de antigos pousos tropeiros (NOGUEIRA, 1999; LISBOA, 2008).

Em 1820, Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), renomado naturalista francês, passou com sua expedição pela região de Itapeva (SP), sem deixar de relatar a situação de pobreza, fome e desigualdade que vira. Segundo seus relatos, compilados por Corrêa (2013), os moradores da região eram, em sua maioria, muito pobres, vivendo em casebres miseráveis, produzindo apenas o essencial para o consumo e vendendo o excedente para tropeiros e viajantes quando podiam. Por outro lado, a maioria das sesmarias da região pertencia a homens que fizeram fortuna com o comércio de tropas, mas residiam e investiam seus recursos em outras localidades. Suas fazendas eram utilizadas apenas como internadas, pouso e descanso dos animais, o que não contribuía para o desenvolvimento da região (CORRÊA, 2013).

Em meados do século XIX, em especial com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, houve valorização das terras e uma intensificação no avanço sobre o sudoeste paulista. Novamente, o objetivo principal não seria a produção agropecuária e o desenvolvimento econômico da região, mas sim a especulação e a reserva de capital. Neste ínterim, a região experimentou um intenso processo de grilagem de extensas áreas por grandes fazendeiros e comerciantes. Este período também seria marcado pela ocupação de matas e “sertões” por famílias agricultoras vindas de outras localidades, intensificando ainda mais os conflitos fundiários na região ao longo do século XIX (CORRÊA, 2013; ANTUNES JUNIOR, 2019).

Em 1886, o geógrafo e engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), que participava da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo, integrou a expedição responsável pela primeira medida geodésica do Brasil (SANTOS; CARLOS, 2017). Com esta expedição, Sampaio percorreu todo o território

⁴ Sistema de distribuição de terras destinadas à produção agrícola utilizado no Brasil de 1530 a 1822.

da parte paulista do Vale do Paranapanema e fez significativas contribuições para o entendimento da paisagem da região à época. Para Sampaio, as zonas de mata, cerca de 30% do território segundo seu levantamento, ofereciam solo fértil e apropriado à produção de legumes, arroz, milho, mandioca, fumo, algodão e cana-de-açúcar. Entretanto, não eram adequadas ao cultivo do café devido à baixa altitude, inferior a 450 metros. Já as zonas de terras altas, acima de 650 metros, perfazendo 20% do território, apresentavam vastas áreas disponíveis para o cultivo do café. Os campos, por sua vez, ocupando 50% da área em altitudes médias (entre 450 e 700 metros), formavam uma vasta planície, utilizada principalmente para a criação de gado.

Ainda na segunda metade do século XIX, o café começa a avançar sobre as matas do território paulista. Entretanto, isso não ocorre em grande parte da região sudoeste, pois seu clima mais frio e propenso a geadas não parecia adequado a esta cultura. Aparentemente, os produtores preferiam o algodão ao café, mas também produziam milho, feijão, gado bovino e suíno (SAMPAIO, 1890). Todavia, em algumas áreas do território o café foi introduzido. Em Angatuba, por exemplo, já se plantava café em 1885, aparecendo entre os principais produtos do município da década subsequente (LISBOA, 2008).

Com a expansão do café e das ferrovias no final do século XIX, a fisionomia do estado de São Paulo começa a se transformar. Surgem zonas prósperas, que são produtoras de café, e aquelas periféricas e decadentes, como o litoral, o Vale do Ribeira e o próprio sudoeste. Aliado a isso, o tropeirismo começa a entrar em declínio, afetando diretamente a economia regional (CORRÊA, 2013).

Já na virada do século XIX para o XX, outro acontecimento com implicações de grande magnitude no sudoeste paulista tomara corpo. Trata-se da implantação de um ramal ferroviário na região, o ramal de Itararé, pela antiga Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). Sua construção foi autorizada em 1888, com objetivo de conectar o Sul do país ao estado de São Paulo. O ramal começava na estação de Boituva e passava pelos municípios de Tatuí, Itapetininga, Angatuba, Buri e Itapeva, chegando em Itararé em 1909, com uma extensão de 265 km (MATOS, 1990; BEM, 1998; CHAVES; PASSARELLI, 2019). A ferrovia foi então responsável por grandes transformações na região, pois contribuiu para a valorização das terras e para o enfraquecimento (já em curso) de uma economia baseada no tropeirismo, bem como ajudou a deflagrar importantes transformações na paisagem em escala regional.

A partir do início do século XX, algumas regiões do estado de São Paulo, impulsionadas pelo capital agroexportador do complexo cafeeiro, experimentaram um expressivo processo desenvolvimento econômico, marcado pela constituição de complexos industriais e agroindustriais em um movimento de modernização da agropecuária voltada ao mercado externo. Entretanto, devido às limitações edafoclimáticas, o sudoeste paulista ficou à margem deste processo, não atraindo

investimentos públicos e privados e mantendo sua economia baseada na produção agropecuária voltada ao suprimento do mercado interno. Segundo Nogueira (1999) esse foi um dos principais fatores que causaram a estagnação do sudoeste paulista até o final do século XX.

O baixo desenvolvimento econômico do sudoeste paulista também se associa à distribuição excludente de terra e a forte concentração fundiária desde a sua colonização. Esse processo fomentou a formação de uma paisagem marcada pela coexistência de grandes e pequenas propriedades, onde há uma tendência de assalariamento do pequeno produtor à medida que a grande propriedade vai se consolidando. Além disso, o poder público pouco fez pela região, já que os recursos estatais e políticas públicas eram direcionados às regiões produtoras de *commodities*. A baixa estruturação da rede urbana, a deficiente malha viária, problemas de saneamento básico e dificuldade de acesso a bons serviços de saúde e educação são alguns reflexos desse processo (NOGUEIRA, 1999).

CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE ESTUDO

O sudoeste paulista está localizado entre o Vale do Ribeira e a divisa do estado do Paraná. No entanto, o desenho deste território sofre variações dependendo das perspectivas históricas, geográficas e políticas dos atores e organizações que o abordam (ANTUNES JUNIOR, 2020). Neste artigo, consideramos integrantes do território do sudoeste paulista todos os municípios que compõem a 16ª Região Administrativa do Estado São Paulo e as Regiões Geográficas Imediatas do IBGE de Itapeva, Itapetininga, Avaré e Piraju.

Inserida na bacia hidrográfica do Alto Paranapanema, a região conta com remanescentes da vegetação nativa (mata atlântica, cerrado e resquícios de mata de araucária), além de importantes cursos fluviais, como os rios Itararé, Taquari, Apiaí-açu, Paranapanema e Itapetininga. A paisagem rural é marcada pelo contraste entre atividades agropecuária de pequena e grande escalas, além da silvicultura, mineração, algumas agroindústrias, dentre outras (MATHEUS, 2016; ANTUNES JUNIOR, 2019).

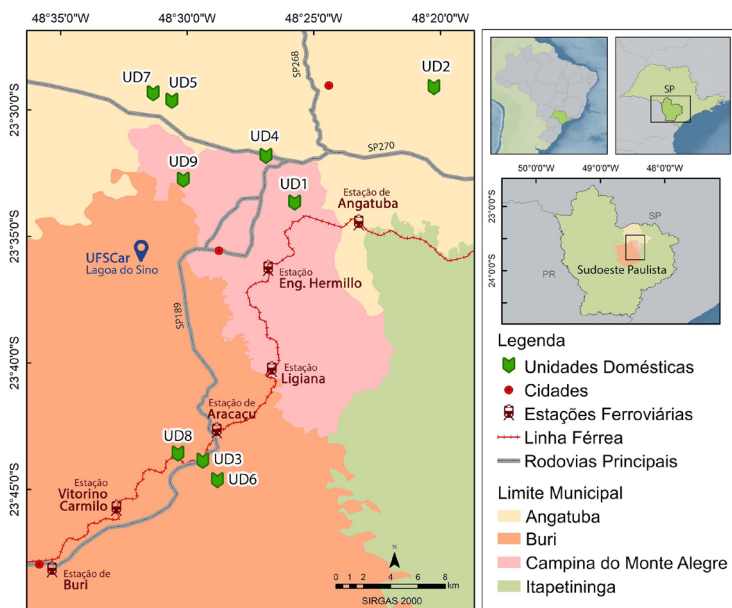
Segundo os dados do censo demográfico de 2010, o município de Angatuba conta com um território de 1.027,288 km² e uma população de 22.210 habitantes, dos quais 25% são moradores da zona rural. Já o município de Buri, tem um território de 1.195,910 km² e uma população de 18.563 habitantes, dos quais, 18% residem na zona rural. Em Campina do Monte Alegre, com apenas 185,031 km² de área territorial, há 5.567 habitantes, sendo 15% da zona rural (IBGE, 2010).

A partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), pode-se dividir as propriedades rurais em dois segmentos: grandes propriedades, com área maior

que quatro módulos fiscais (MFs)⁵, e pequenas propriedades, menores que quatro MFs. Nos três municípios estudados a concentração fundiária é marcante. Em Angatuba, 90% das propriedades são pequenas, mas ocupam apenas 23% da área total das propriedades rurais do município. Já em Buri, 74% são pequenas propriedades, preenchendo apenas 16% do território. Em Campina do Monte Alegre a situação é similar, na qual pequenas propriedades representam 91% do total, mas apenas 26% do território.

Além da concentração fundiária, também se destaca o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos três municípios abordados neste estudo, que sempre estiveram e se mantêm entre os mais baixos do estado de São Paulo (IBGE, 2010). Na figura 1 é apresentada a localização geográfica da área de estudo, do Campus Lagoa do Sino da UFSCar e das unidades domésticas (UDs)⁶ que foram abordadas na pesquisa, assim como o traçado das principais rodovias e da estrada de ferro e suas estações.

Figura 1- Mapa da região estudada.



Fonte: Camila Barbosa & Tiago Santi (2020).

⁵ Em Angatuba e Campina do Monte Alegre, o módulo fiscal corresponde a uma área de 22 hectares. Já em Buri, o módulo fiscal é de 20 hectares.

⁶ Neste estudo, cada unidade doméstica (UD) representa um núcleo familiar central, tendo em comum a residência na mesma propriedade e a execução conjunta das atividades produtivas.

COLETA DE DADOS E REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro de 2019 a janeiro de 2020. A seleção da amostra foi realizada a partir de uma adaptação da metodologia “snowball” (BIERNACKI; WALDORF, 1981), por meio da qual indivíduos mais experientes puderam indicar famílias com base no perfil desejado pelos pesquisadores. Foram selecionadas nove famílias que apresentaram longo histórico de atividade rural, as quais foram categorizadas em nove UD: (UD2, UD5, UD7) em Angatuba, (UD3, UD6, UD8) em Buri e (UD1, UD4, UD9) em Campina do Monte Alegre.

Cada UD recebeu três visitas diárias, nas quais foi incentivado a participação de diferentes membros do grupo familiar, inclusive de ambos os sexos e de diferentes gerações. No total foram 27 visitas e 22 participantes, com perfil etário variando entre 27 e 81 anos. Foram realizadas entrevistas informais e semiestruturadas (gravadas em áudio), bem como caminhadas guiadas no interior das propriedades (BERNARD, 2006). Consideramos como entrevistas informais as conversas realizadas antes e depois da aplicação das entrevistas semiestruturadas, durante as caminhadas guiadas pela propriedade e durante os “cafezinhos” que sempre eram oferecidos. Nestes momentos mais descontraídos, novas camadas da intimidade, da história de vida e do cotidiano dos entrevistados acabavam sendo revelados.

Na primeira visita, o objetivo da entrevista foi fazer a caracterização atual da família, da propriedade e das atividades produtivas. Já no segundo dia, buscou-se conhecer o passado da família, a história de vida de seus integrantes, a antiga configuração da propriedade e as atividades produtivas desenvolvidas no passado. No terceiro dia, foi elaborado junto aos entrevistados um histórico detalhado de todas as atividades produtivas realizadas por eles, bem como as especificidades, transformações, motivações, dificuldades e conhecimentos tradicionais envolvidos nestas atividades ao longo do tempo. Este artigo trabalha principalmente com os dados do primeiro e do terceiro dia de entrevistas, ainda que informações referentes ao segundo dia também tenham sido utilizadas de forma complementar.

O histórico produtivo das UD's foi acessado a partir da citação, por parte de cada agricultor, das atividades desempenhadas na propriedade ao longo das décadas. Todavia, vale ressaltar a partir das observações em campo que certas atividades nem sempre eram citadas por parte dos produtores, por considerá-las menos importantes comercialmente, como no caso da produção para o autoconsumo de hortaliças, mandioca, banana, entre outras. Para além do registro sobre o histórico produtivo local de cada família, também se buscou recolher narrativas sobre aspectos associados às transformações da paisagem em escala regional. Nesse sentido, a abordagem antropológica aqui empregada também se beneficiou

das questões e conceitos oriundos da história ambiental e da ecologia histórica (CRUMLEY 1994; BALÉE, 2006; PÁDUA, 2010; McNEIL; ROE, 2013).

Foi realizado o registro sistemático de toda experiência etnográfica em um diário de campo, além de registros fotográficos das famílias e das propriedades. A orientação etnográfica e as técnicas de entrevistas supracitadas foram implementadas em campo à luz das abordagens em história oral (THOMPSON, 2000) e história de vida (PAULILO, 1999). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos. Os participantes autorizaram o estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o uso de seus nomes e suas imagens na divulgação dos resultados.

A partir dos dados obtidos, foi realizada uma análise de caráter qualitativa, articulando o perfil de cada UD (além de seu histórico produtivo e suas estratégias adaptativas ao longo do tempo) às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental, nos níveis local, regional e, também, em âmbito nacional.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A UD1 é composta por Abel Agapto, 71 anos, e sua esposa Nadir, 69 anos. Ambos sempre viveram e tiraram seu sustento do trabalho no campo. A família reside há 50 anos na chácara Santo Antônio, propriedade de 0,9 hectares que foi herdada do pai de Abel, localizada no bairro do Laranjal, município de Campina do Monte Alegre (SP). Os cinco filhos do casal mudaram-se da propriedade quando se casaram ou começaram a trabalhar. A produção da família sempre foi em pequena escala, basicamente para a subsistência e venda do excedente. Atualmente, a maior parte da renda familiar vem da aposentadoria. Porém, apesar da idade avançada, o casal continua trabalhando nas atividades rurais da propriedade.

A UD2 é composta por Adnilson Cardoso, 45 anos, sua esposa Jolice, 42 anos, e seus filhos, Maria Luiza e Denner, 22 e 17 anos, os quais são estudantes⁷ nas áreas de alimento e agricultura. Desde 2001, a família reside no Sítio Rainha da Paz, propriedade de 8,5 hectares herdada do pai de Adnilson, localizada no bairro da Batalheira, município de Angatuba (SP). Também possuem outra propriedade no mesmo bairro, de 2,4 hectares, que foi herdada do pai de Jolice. Atualmente, o sustento da família é proveniente apenas do trabalho nestas duas propriedades, onde possuem 25 cabeças de gado de leite para a produção de queijo Porungo⁸, o qual é vendido diretamente aos consumidores na cidade de Angatuba.

⁷ Maria Luiza é estudante do curso de Engenharia de Alimentos no Campus Lagoa do Sino da UFSCar. Denner estuda no curso de Técnico Agrícola integrado ao Ensino Médio da Etec Prof. Edson Galvão em Itapetininga (SP).

⁸ O queijo Porungo é tradicionalmente produzido por agricultores familiares no sudoeste paulista e praticamente desconhecido na literatura acadêmica. Silva et. al. (2020) publicaram um dos primeiros estudos sobre o queijo.

Fazem parte da UD3, Francisco Gomes, 33 anos, sua esposa Tereza, 35 anos, e seu filho Francisco, 4 anos. A família reside há 19 anos no Sítio São Joaquim, que possui 26,4 hectares e está localizado no bairro do Aracaçu no município de Buri (SP). Além de produzir no seu próprio sítio, Francisco também produz em parceria nas propriedades de seu pai, 84 hectares, e de sua mãe, 33,6 hectares. A fonte de renda familiar é proveniente das várias atividades produtivas nestas três propriedades: leite, gado de corte, resina, eucalipto, melancia e arrendamento de quatro estufas para terceiros. Atualmente, a principal renda é proveniente da extração da resina.

A UD4 é formada por João Luciano, 64 anos, sua esposa Ana Lúcia, 58 anos, e sua cunhada Maria Alice, 60 anos. Residem no Sítio São José, localizado no bairro do Barreiro em Campina do Monte Alegre (SP). A propriedade foi herdada do pai de Ana Lúcia e Maria Alice, cada herdeira possui 9,6 hectares. O casal possui três filhos que atualmente não trabalham no sítio, Maurício, Marcelo e Márcia, 39, 33 e 31 anos. Entretanto, Maurício e Márcia construíram suas casas no sítio onde residem com suas respectivas famílias. Atualmente, a maior parte da renda familiar é proveniente da aposentadoria, que é complementada pela pequena produção de leite e venda de bezerros quando possível.

Na UD5 encontra-se João Rochel Filho, 52 anos, sua esposa Janete, 43 anos, seus filhos Juliano, Jovana e Juliane, 22, 21 e 12 anos, seu pai João Rochel, 81 anos, sua mãe Maria, 73 anos, e seu irmão Valdeci, 48 anos. A propriedade onde residem, localizada no bairro do Guareí Velho no município de Angatuba (SP), é composta pela junção de três glebas: Sítio Nossa Senhora Aparecida, de 16,8 hectares, herdada do pai de João Rochel; Sítio Nova Esperança, de seis hectares, herdada do pai de Maria; e uma gleba de 2,4 hectares comprada por João Rochel Filho. A propriedade conta também com as casas de cinco irmãos de João Rochel Filho, porém todos eles trabalham em atividades externas. João Rochel Filho e seu pai sempre trabalharam com lavoura e leite. Atualmente, João Rochel e sua esposa não trabalham mais nas atividades produtivas do sítio, pois estão aposentados e possuem idade avançada. Valdeci faz algumas atividades no sítio, mas sua principal ocupação é a profissão de pedreiro. João Rochel Filho e sua esposa vivem exclusivamente da produção de leite do sítio. Juliano, Jovana e Juliane ajudam seus pais nas atividades produtivas, entretanto, Juliano também trabalha como diarista em outras propriedades e Jovana realiza estágio de pedagogia na rede municipal de ensino.

A UD6 é composta por José Policarpo, 74 anos, sua esposa Eva, 59 anos, e seu filho Crenilson, 38 anos. O casal tem outra filha, a qual se mudou para a cidade depois que se casou. A família reside no Sítio Timbó, que possui 105 hectares, local-

izado no bairro do Aracaçu, em Buri (SP). José também possui o sítio Colhudos, de 91 hectares, e o sítio Pocinho, com 17 hectares, ambos no mesmo bairro. Todas as propriedades foram herdadas pela família. Apesar da grande extensão de terras, a família não possui empregados, apenas contrata diaristas quando necessário. José trabalha desde os 14 anos no sítio e, apesar de estar aposentado, ainda é responsável pela maioria das atividades, com o auxílio de sua esposa e seu filho. Atualmente, a principal fonte de renda familiar vem da criação de gado de corte, mas também produzem melancia em pequena escala.

Fazem parte da UD7, Luiz Batista, 60 anos, sua esposa Maria Aparecida, 59 anos, e seu filho Davi, com 38 anos. O casal possui outra filha que mora na cidade de Angatuba. A família reside no sítio São Pedro, de 1,7 hectare, localizado no bairro do Guareí Velho, em Angatuba (SP). Também são proprietários do sítio Santana, de 9,2 hectares, localizado no bairro dos Aleixos, em Campina do Monte Alegre (SP). Ambas as propriedades foram herdadas do pai de Luiz. O casal está aposentado, mas continuam trabalhando no sítio, como fizeram durante toda a vida. Hoje, a principal produção do sítio é de soja e milho, porém, a aposentadoria constitui a maior fonte de renda.

A UD8 é composta por Sandro Corrêa, 31 anos, sua esposa Keila, 31 anos, seus filhos Geovane e Daniel, 12 e 1 ano de idade, seu pai Pedro, 67 anos, e sua mãe Divanira, 64 anos. A família reside no sítio Barreiro, de 34,8 hectares, localizada no bairro do Aracaçu, em Buri (SP). Pedro e Divanira sempre trabalharam no campo, atualmente, a renda do casal é proveniente da produção de leite e da aposentadoria. Sandro, apesar de ajudar o pai na produção do leite, também produz hortaliças em estufas, de onde advém sua principal fonte de renda. Também residem e trabalham com estufas na propriedade dois irmãos de Sandro, Sérgio e Solange, e suas respectivas famílias. Entretanto, cada família trabalha de forma individualizada e autônoma.

Por último tem-se a UD9, composta por Sirval Agápto, 64 anos, sua esposa Zilda, 61 anos, e seu filho Pedro, 27 anos. Pedro é tecnólogo em agronegócio pela Fatec de Itapetininga e trabalha exclusivamente na propriedade com os pais. O outro filho do casal, João Paulo, mora na cidade de Campina do Monte Alegre e trabalha como técnico em agropecuária na UFSCar. Sirval e Zilda são descendentes de agricultores e sempre trabalharam nas atividades agrícolas nas propriedades de suas famílias e em terras arrendadas. O casal mudou-se para a cidade após o casamento, mas ainda continuaram trabalhando no campo. Em 2010, a família comprou o sítio Tapiá-Mirim, de 20,5 hectares, localizado no bairro do Salto, em Campina do Monte Alegre, onde residem até hoje. Atualmente, o casal

de produtores é aposentado, mas a principal fonte de renda é proveniente da produção de milho, soja e trigo.

Figura 2 - Fotos dos principais produtores entrevistados: (UD1) Abel Agápto; (UD2) Adenilson e Jolice; (UD3) Francisco Gomes, Teresa e o filho Francisco; (UD4) João Luciano; (UD5) João Rochel e seu filho João; (UD6) José Policarpo; (UD7) Luiz Batista e Maria Aparecida; (UD8) Pedro e Divanira; (UD9) Sirval Agápto.



Fonte: Tiago Santi (2019/2020).

MUDANÇAS NA PAISAGEM LOCAL: DADOS HISTÓRICOS E HISTÓRIA ORAL

Entre o final do século XIX e meados do século XX o mundo rural paulista passou por grandes transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais que alteraram sobremaneira o modo de vida no campo (DA SILVA; MURRIETA, 2014; CANDIDO, 2017). Essas mudanças ocorreram em grande parte fomentadas pela expansão da cultura cafeeira até o início da década de 1920 e pelo processo de industrialização e urbanização de São Paulo a partir da década de 1930, aliado a um discurso de modernização da agricultura. Esse processo levaria à expansão das monoculturas voltadas à exportação, bem como à ampliação da malha ferroviária e a consequente exploração em grande escala da Mata Atlântica do interior paulista (DEAN, 1996; FERRARO, 2005). Tais transformações impactaram diretamente

a realidade das UD's abordadas neste estudo e de toda região do entorno (NOGUEIRA, 1999). Dessa forma, veremos na sequência relatos dos produtores entrevistados que auxiliam na compreensão dos reflexos destas mudanças na paisagem e nas atividades produtivas e práticas tradicionais dos agricultores da região.

Inicialmente, as falas dos mais antigos evidenciam uma redução considerável de floresta primária até meados da década de 1950. As narrativas locais também sugerem três fatores principais que teriam contribuído para tal redução da Mata Atlântica na região: (1) a criação dos ramais lenheiros (décadas de 1930 e 1940) para extração de madeira, utilizada como combustível para as locomotivas e no abastecimento da indústria e da construção civil; (2) a atuação das serrarias na região a partir da década de 1940; (3) a substituição da agricultura tradicional de coivara por uma produção mais intensiva, caracterizada pelo corte e queima da vegetação nativa e posterior introdução de monoculturas ou gado.

A Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) construiu os ramais lenheiros em meados da década de 1930 na região. No município de Buri havia dois ramais lenheiros, um que se iniciava no km 285, próximo a cidade, seguindo sentido o município de Capão Bonito, e outro que se iniciava no km 279, no Bairro dos Buenos, seguindo sentido ao pátio de carregamento Casinha Branca (BURI, 2015). Na estação Engenheiro Hermilo (Figura 1), na época ainda pertencente à cidade de Angatuba, havia outro ramal lenheiro que se estendia até a fazenda Aterradinho, passando pelos bairros do Barreiro, Aleixos, Salto e Guareí Velho. Os “trens lenheiros”, assim chamados pelos moradores locais, extraíam madeira da região, principalmente para ser utilizada como combustível das locomotivas a vapor, além de transportar madeira para utilização na indústria e na construção civil.

Atuando nas décadas 1930 e 1940, os ramais lenheiros foram responsáveis pela redução de grandes áreas de floresta na região, assim como alteraram consideravelmente a dinâmica produtiva dos agricultores. João Luciano (UD4), conta que o “trem lenheiro” retirou grandes quantidades de madeira da região. O mesmo relatou que, assim como seu avô, muitos agricultores começaram a trabalhar no corte e transporte de lenha naquela época. João Rochel (UD5) também relatou, com certo incômodo, que seu pai era “carreiro”, e que, mesmo possuindo terras para produzir, trabalhou transportando muita madeira para o lenheiro com carro de boi. Além da extração da madeira, Luiz Batista (UD7) relata que o trem lenheiro soltava faíscas que causaram muitos incêndios nas florestas no passado.

Outro fator que contribuiu para a alteração da paisagem local foi a atuação das serrarias, concomitantemente aos últimos anos da atuação dos trens lenheiros.

Vale destacar que o bairro da Serraria em Angatuba ganhou este nome devido à presença de uma destas empresas. Luiz Batista (UD7) acredita que cerca de 90% das madeiras do Guareí Velho, bairro rural de Angatuba, foram serradas no bairro da Serraria. João Luciano (UD4) narrou que também existiam as serrarias móveis, adaptadas em carrocerias de caminhões, o que facilitava a mobilidade, possibilitando retirar grandes toras em locais de difícil acesso.

A terceira atividade mais importante para a compreensão da história ambiental da região ao longo do século XX, de acordo com os entrevistados, teria sido a agricultura de coivara. Amplamente utilizado por populações pobres rurais em locais com baixa densidade demográfica, esse sistema de cultivo itinerante é praticado em regiões tropicais úmidas em todo planeta. Sua principal característica é o plantio em áreas de floresta onde a vegetação é cortada e queimada. Esta área é utilizada para produção por um certo período de tempo e deixada em pousio por um período maior, o que possibilita a regeneração da floresta (CONKLIN, 1961; PEDROSO JR. et al., 2008).

Segundo os relatos dos produtores mais antigos, a prática da coivara foi realizada com mais frequência na época de seus pais, em meados da primeira metade do século XX. Já a partir da década de 1960, as narrativas apontam para uma intensificação de produção em áreas de “capoeirinha” (matas secundárias em fase inicial de regeneração), evidenciando uma redução do tempo de pousio. Também se verifica o avanço da produção sobre áreas de cerrado, proporcionado pela inclusão de novas tecnologias e métodos produtivos. Ao mesmo tempo, ocorria um gradativo abandono da coivara em áreas de floresta em meio a boatos sobre a proibição de “derrubar mato” e da pouca disponibilidade de áreas adequadas à esta prática.

Após as significativas transformações que a paisagem do sudoeste paulista passou até meados da década de 1950, e diante do novo cenário agrícola que se desenhava, os pequenos produtores locais se depararam com desafios e oportunidades que exigiram novas estratégias produtivas. Parte destas estratégias serão analisadas na próxima seção.

HISTÓRICO PRODUTIVO E A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Diferentes abordagens presentes na literatura revelam que a diversificação produtiva pode trazer importantes contribuições no âmbito da agricultura familiar, gerando benefícios socioeconômicos e ambientais não só para os produtores, como também para toda a sociedade (SAMBUICHI *et. al.*, 2014). Em linhas gerais, a diversificação se baseia em um processo socioeconômico onde um portfólio diverso de atividades e fontes de renda é adotado e alterado ao longo do tempo,

visando proporcionar a melhoria das condições de vida dos indivíduos (ELLIS, 1998; SCHNEIDER, 2010). Este repertório de atividades pode ocorrer tanto dentro da propriedade rural (*on-farm*), abrangendo atividades agrícolas ou não, quanto fora da propriedade (*off-farm*), como, por exemplo, rendas provenientes de empregos na cidade ou aposentadorias (ELLIS, 1998). Nesta seção, abordamos especificamente a diversificação das atividades agropecuárias presentes dentro das propriedades dos produtores entrevistados.

É importante destacar que os entrevistados consideraram como atividades produtivas aquelas com maior contribuição para a economia das famílias, deixando de citar várias outras atividades mais ligadas ao autoconsumo, as quais foram reveladas em outros momentos da entrevista, como os pomares de frutas, hortas, plantio de mandioca, batata-doce e banana, criação de galinhas, de porcos, dentre outras. A produção de hortaliças da UD2 e UD5, por exemplo, só foi citada durante o período que eram comercializadas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entretanto as duas famílias sempre mantiveram uma horta para o consumo próprio. O histórico produtivo das famílias estudadas pode ser caracterizado por uma dinâmica que oscila entre momentos de diversificação e de especialização das estratégias produtivas adotadas ao longo do tempo (Figura 3).

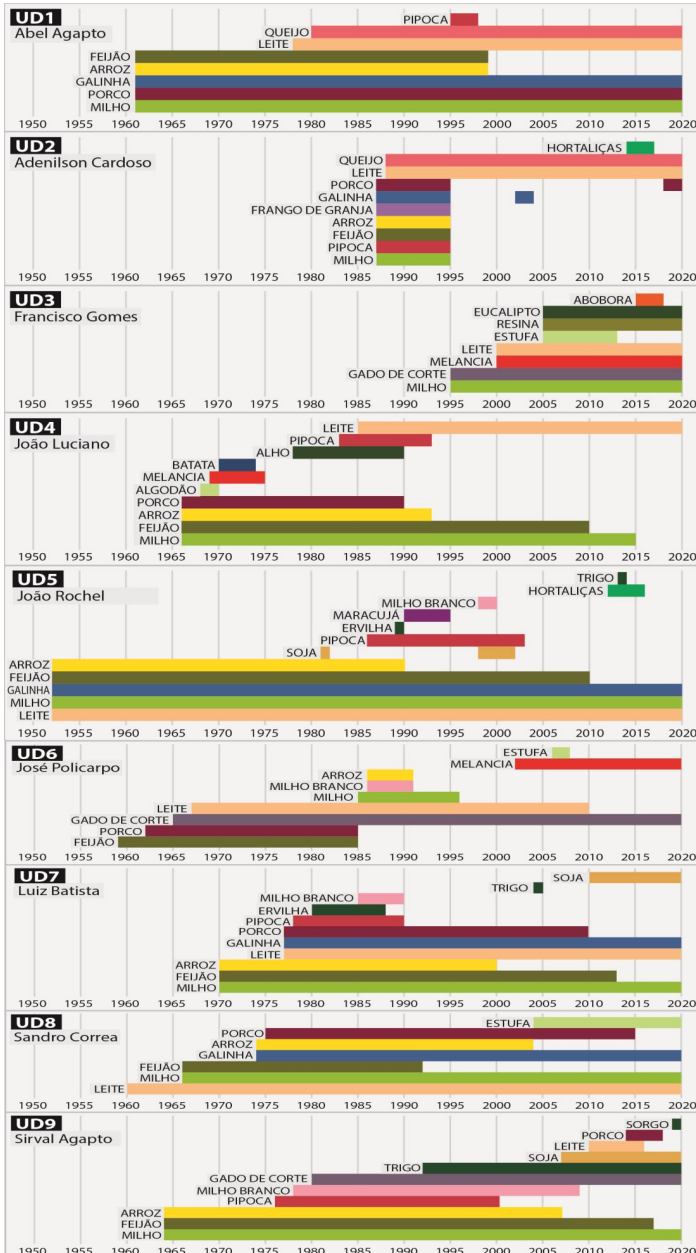
Em média, os produtores possuem 51,7 anos de trabalho no campo. João Rochel (UD5) é o produtor mais experiente, com 68 anos de produção agrícola. Já Francisco Gomes (UD3) é o produtor mais jovem e que produz há menos tempo (25 anos). Considerando todo o período de produção, cada família trabalhou em média com 9,5 atividades produtivas diferentes, sendo que a UD8 teve a menor diversificação, com sete atividades, e a UD5 a maior diversificação, com 12 atividades. Nas nove UDs, verificou-se um total de 25 atividades produtivas: milho, arroz, feijão, pipoca, leite, queijo, gado de corte, galinha, frango de granja, porco, hortaliças, abóbora, eucalipto, resina, estufa, melancia, alho, batata, algodão, trigo, milho branco, maracujá, ervilha, soja e sorgo.

É possível observar nos resultados uma predominância da produção de milho, feijão e arroz dentre as atividades produtivas das famílias, principalmente entre os produtores mais antigos (Figura 3). Este conjunto de atividades, essencial para a subsistência dessas famílias, constituiu-se no chamado triângulo básico da alimentação do caipira paulista, depois que a mandioca foi aos poucos substituída pelo arroz em meados do século XX (DA SILVA; MURRIETA, 2014; CANDIDO, 2017). No entanto, somente o milho continua sendo produzido atualmente nas UDs.

É porque o forte daquele tempo era o arroz, o feijão e o milho, o básico, todo mundo plantava um pouco de cada coisa. Como dizia os meus pai [...] que Deus o

livre de não der o arroz, o feijão deu. Eu vendo feijão e compro o arroz, eu vendo o arroz... Sabe?” (Luiz Batista, UD7. 25/10/2019).

Figura 3 - Histórico produtivo das unidades domésticas estudadas.



Fonte: Tiago Santi (2020).

Destaca-se também a importância que o milho representa, pois foi produzido por todos os entrevistados, em média 42,2 anos por UD, sendo que foi cultivado durante todos os anos de atividades agrícolas de 5 UD's (UD1; UD3; UD5; UD7; UD9). Além de ser utilizado para o autoconsumo, o milho pode ser armazenado, utilizado para tratar das criações e dos animais de trabalho, e, quando possível, para troca ou venda do excedente.

A produção de leite também se mostra muito relevante, pois foi realizada por todos os produtores entrevistados, em média 38,7 anos por UD. A forte influência do tropeirismo na região (PETRONE, 1973; LISBOA, 2008) ajuda a explicar essa vocação leiteira. O leite é utilizado tanto para o autoconsumo como para a comercialização, geralmente vendido ao laticínio, e, mais comum antigamente, direto ao consumidor. Pode-se depreender das entrevistas que a criação de gado proporciona um grau de segurança econômica diferenciado para as famílias, em curto e longo prazo. Enquanto a produção de leite traz uma renda diária estável à unidade doméstica, os bezerros, como um ativo futuro, ainda podem ser vendidos quando necessário. Um padrão também observado em outros contextos, como na Amazônia, por exemplo (LUDEWIGS; BRONDIZIO 2009).

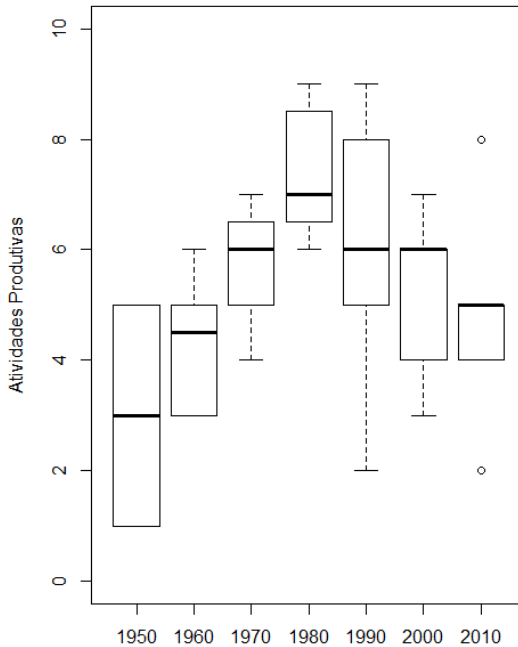
No sudoeste paulista, o leite também é a matéria prima para a produção do queijo Porungo, que pode ser consumido ou comercializado pela família. O soro, um subproduto da fabricação do queijo, também é utilizado na alimentação do gado e dos porcos. Atualmente, todas as UD's ainda mantêm a produção de leite, seja para a comercialização ou autoconsumo.

Em âmbito geral, é possível também observar que houve um constante aumento da diversificação produtiva das UD's entre as décadas de 1950 e 1980 (Figura 4). Parte deste aumento deve-se à inclusão de novas atividades no repertório produtivo das UD's concomitante à manutenção de atividades tradicionais (como pode ser verificado na figura 3). Destaca-se ainda que as novas atividades introduzidas neste período, em grande parte estão ligadas a chegada de novas tecnologias e métodos produtivos, como é o caso da soja, batata, pipoca, milho branco, dentre outras.

Este período de aumento da diversificação produtiva converge temporalmente com o processo de modernização da agricultura em âmbito nacional. Este foi amplamente fomentado pelo Estado e marcado pela integração com o setor industrial, a formação do proletariado rural e o fortalecimento dos complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Um processo que, em linhas gerais, intensificou a cultura da invisibilização do campesinato brasileiro por parte dos setores econômicos e financeiros do país (BRONDIZIO, 2006). Entre 1965 e 1980, por exemplo, instala-se o que Delgado (2001) chamou "idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a

economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”. Entretanto, esse processo de modernização da agricultura aos moldes da “Revolução Verde”, a qual beneficiou principalmente as grandes propriedades (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; TOLENTINO, 2016), também alterou sobremaneira o modo de vida e as estratégias produtivas dos agricultores familiares abordados neste estudo.

Figura 4 - Amplitude das atividades produtivas nas unidades domésticas por década.



Fonte: Helbert Medeiros Prado & Tiago Santi (2020).

Verificou-se que além da inclusão de novas atividades no repertório produtivo das UD, também houve alterações nas produções tradicionais de arroz, feijão e milho. Estas culturas, produzidas tradicionalmente na região por meio da agricultura de corte e queima, foram incorporando paulatinamente técnicas e ferramentas do novo “pacote tecnológico¹⁰”, como por exemplo a utilização de insumos químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas e maquinários agrícolas.

⁹ Trata-se do movimento de modernização da agricultura por meio de um conjunto de inovações tecnológicas, caracterizado pelo melhoramento de plantas e da mecanização do processo produtivo, que foi difundido globalmente a partir da década de 1960 visando o aumento da produção.

¹⁰ Conjunto de inovações tecnológicas disseminadas pela “Revolução Verde”, como melhoramento genético, utilização de insumos e defensivos químicos e a mecanização do processo produtivo.

Nos países onde o “pacote tecnológico” da “Revolução Verde” foi implantado de forma significativa, houve em geral uma ruptura com o passado das famílias rurais tradicionais, que passaram a incorporar as novas formas de racionalidade produtiva, em um processo marcado pela mercantilização da vida social e a perda da autonomia setorial (NAVARRO, 2001).

Estas mudanças também estimularam na região um processo de substituição da produção em áreas de floresta por áreas de cerrado, mais adequadas às novas tecnologias. De fato, o cerrado brasileiro foi o campo de testes do chamado “pacote tecnológico”, caracterizado pela mecanização dos processos produtivos, utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes híbridas (DUTRA; SOUZA 2017).

Além do aumento da diversificação produtiva entre os entrevistados, também verificou-se um considerável aumento de área produzida, especialmente entre as famílias que tiveram maior grau de acesso às novas tecnologias. A aquisição do primeiro trator é considerada por eles o marco inicial desta expansão.

Pra ser sincero pra você, o que trouxe um pouco do progresso aqui foi o trator. Então a gente teve coragem de plantar um pouco mais, porque ficou mais fácil pra preparar a terra, pra plantar. Pra bater o feijão já não era mais em vara, já tinha a maquininha laredo (Luiz Batista, UD7. 03/01/2020).

Entretanto, o aumento da produção não decorreu unicamente das facilidades oriundas desta nova tecnologia, mas também da necessidade de pagar pelo bem adquirido. Assim, os produtores precisaram aumentar a área plantada em suas propriedades e, em alguns casos, arrendar terras de terceiros para conseguir pagar o financiamento ao banco.

Quando a gente começou a mecanizar a lavoura, daí “a moda”¹¹, é claro que você tinha que produzir mais, porque você tinha que pagar a máquina, né? (João Luciano, UD4. 24/12/2019).

Após este período contínuo de aumento da diversificação até a década de 1980, verifica-se uma redução da diversificação nas décadas subseqüentes entre as UD's (Figura 4). Tal redução de atividades produtivas se alinha aos dados levantados pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA), indicando uma considerável redução de áreas de culturas anuais (milho, feijão, batata, etc.) no sudoeste paulista entre 1983 e 1996. Dos 380 mil hectares com culturas anuais

¹¹ Uma variação linguística da locução conjuncional “de modo que”, muito utilizada pelos mais velhos da região estudada. As expressões “a moda”, “a moda o caso”, “a modo caso”, “mode” e “modeque” são variações linguísticas e todas elas funcionam como sinonímia.

em 1983, apenas 228 mil foram cultivados em 1996. Destaca-se que a produção de feijão, uma das mais importantes da região, passou de 128 mil hectares em 1983 para 39 mil em 1996. O milho, no entanto, teve um leve aumento de área, 77 mil para 89 mil hectares. Grande parte das áreas não ocupadas por culturas anuais em 1996 foi destinada à criação de gado de leite e de corte e, uma pequena parte, à criação de suínos (NOGUEIRA, 1999).

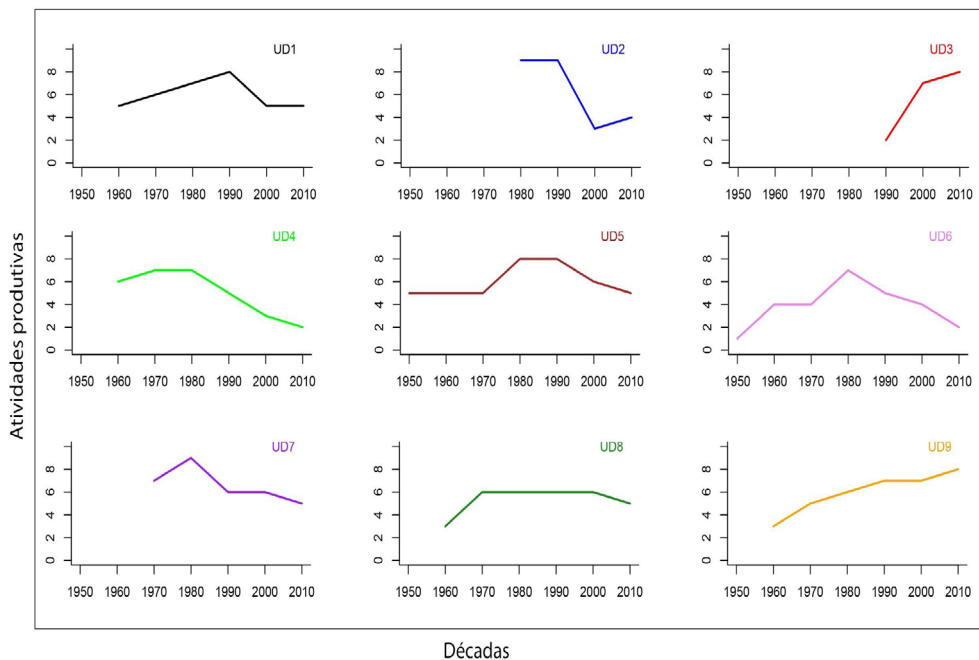
Nas UD's estudadas, a redução da diversidade produtiva deve-se em grande parte ao abandono da produção de arroz e de feijão (Figura 3). Para a maioria das famílias, o arroz era plantado tradicionalmente para o autoconsumo e venda do excedente. Já o plantio do feijão era mais voltado para a comercialização, sendo uma cultura mais rápida, que produzia duas vezes ao ano e tinha um bom retorno financeiro. A partir de 1985 os produtores começaram a parar gradativamente de produzir o feijão, sendo o último plantio em 2017. O mesmo ocorreu com o arroz a partir de 1990, com o último plantio em 2007 (Figura 3). O que motivou Abel Agápto (UD1) a desistir do plantio de feijão foi o alto custo que a cultura exigia para ter uma boa produção e assim obter lucro. Já o abandono do arroz foi motivado pela dificuldade em conseguir arrendar terras de terceiros.

Não plantei porque hoje tem que ganhar com produção e para produzir fica caro. Antigamente, você podia plantar tendo o dinheiro que fosse. [...] Parei por causa que falta de terra também, né? Porque hoje, por exemplo, quem arrenda terra tem que ser com maquinário. Fazendeiro não vai arrendar uma terra pra gente, pra plantar um pouquinho aí, pra estorvar ele lá. Por isso, pode notar que tudo que tá plantando lavoura hoje é com maquinário e planta bastante. Que daí interessa pro dono da terra, pra ter lucro pra ele também, né? (Abel Agápto, UD1. 26/12/2019).

A narrativa do entrevistado também revela um interessante aspecto referente a modernização da agricultura. Se em um primeiro momento esse novo modelo de produção fomentou a expansão da produção e a diversificação por meio da inserção de novas culturas, a partir de meados da década de 1980 teve papel fundamental na especialização das atividades produtivas destes agricultores. Os produtores que conseguiram se integrar ao novo modelo, foram aos poucos aumentando as áreas produtivas e se especializando nas monoculturas mais rentáveis. Já os produtores que não tinham acesso ao crédito ou à terra, além de não conseguirem se integrar neste novo modelo de produção, ainda enfrentam dificuldades em manter suas atividades tradicionais, um padrão que também se verifica na literatura mais abrangente (SILVA; BOTELHO 2014).

Para além da tendência geral discutida até aqui, uma análise pormenorizada sobre o histórico de diversificação produtiva experimentada por cada UD estudada ajuda também a lançar luz sobre a questão (Figura 5). Nesta perspectiva, é possível observar, por exemplo, que seis UD's (UD1, UD4, UD5, UD6, UD7, UD8) seguem a tendência geral de diversificação até da década de 1980 representada na figura 4, seguida de um processo de especialização nas décadas subsequentes (Figura 5).

Figura 5 - Evolução do número de atividades produtivas por década de cada UD.



Fonte: Helbert Medeiros Prado & Tiago Santi (2020).

Tomemos a seguir o caso emblemático da UD6 (Figura 5), a qual apresenta uma curva de diversificação produtiva muito próxima à curva geral das UD's (Figura 4). Na UD6, José Policarpo produziu o primeiro feijão em 1959 e, durante a década de 1960, começou a criar porcos e gado de corte, além de iniciar a produção de leite. Segundo o produtor, durante 20 anos essas atividades trouxeram um bom retorno financeiro, mesmo utilizando métodos de produção mais rústicos, como no caso do feijão. Porém, a sucessiva inclusão de novas tecnologias e métodos produtivos resultou em importantes mudanças nas atividades da propriedade. José adquiriu o primeiro trator em 1980 e expandiu a área de feijão, mas, devido principalmente a

problemas com pragas e doenças, decidi parar com a atividade cinco anos depois, como mencionou:

Na verdade eu ganhei mais dinheiro no peito de burro do que com trator. Depois que comprei trator plantei feijão lá, mas começou a aparecer a praga e não tinha veneno, daí eu [bateu as mãos sinalizando que saiu da atividade] (José Policarpo UD6. 28/12/2019).

A UD6 apresentou sua maior diversificação produtiva na década de 1980, época em que José Policarpo também começou a produzir milho, milho branco e arroz, como forma de aproveitar o maquinário e os conhecimentos adquiridos na cultura do feijão. Porém, encerrou a produção de arroz e de milho branco em 1991, e de milho em 1996. O produtor justifica que parou de produzir o arroz porque precisava contratar diaristas para ajudar na lavoura, enquanto a produção de milho e milho branco não estavam compensando devido ao baixo preço de venda.

Observa-se que apesar de apresentar uma alta diversificação na década de 1980, José Policarpo não se adaptou ao novo modelo de produção de grãos e optou em se especializar na criação de gado de corte, que sempre foi sua principal atividade (Figuras 3 e 5). Outra explicação para a especialização produtiva está relacionada ao tamanho da propriedade (213 hectares somando as três glebas) e a pequena mão de obra familiar disponível, formada basicamente por José, sua esposa e seu filho. Além disso, nesta região de Buri o solo não favorece a produção de cereais, predominando na paisagem pastos para criação de gado e a silvicultura (pinus e eucalipto). Importante citar, também, o valor afetivo associado à criação de gado por parte do produtor, o qual exaltou dentre suas lembranças a figura do pai, um importante tropeiro da região.

Em síntese, observa-se que a diminuição das atividades produtivas da UD6, a partir da década de 1980, está associada a incidência de múltiplos fatores atuando em conjunto, como por exemplo: a dificuldade de adaptação aos novos métodos produtivos, problemas com pragas e doenças, baixos preços de venda, alto custo de produção e baixa lucratividade, características do solo, tamanho da propriedade, mão de obra disponível, além do próprio perfil produtivo pessoal e familiar modulando a vocação e o interesse do produtor em diferentes atividades. Este amplo conjunto de variáveis revela a complexidade associada ao processo de tomada de decisão do produtor rural, e que está na base do histórico produtivo das UD6.

Em outras quatro UD6s (UD1, UD4, UD5 e UD8) ocorreram processos de diversificação e especialização muito semelhantes com o da UD6 (Figura 5). Nestes casos, pode-se observar o mesmo padrão de aumento de diversificação e de

área produzida até meados da década de 1980, seguido por um período de retorno às atividades tradicionais menos dependentes do novo “pacote tecnológico”, principalmente ligadas à criação de gado e produção de leite (Figura 3). Estes produtores também enfrentaram dificuldades semelhantes de adaptação com os métodos produtivos do novo cenário agrícola, que se apresentava como a única opção de desenvolvimento.

Fica evidente a forte influência da modernização da agricultura nas estratégias produtivas desse grupo de UD's acima mencionadas (UD1, UD4, UD5, UD6, UD8). Em maior ou menor grau, estes produtores tentaram sem sucesso se integrar ao novo sistema. Percebe-se nas narrativas que as maiores dificuldades para se integrar a esta agricultura moderna estavam associadas ao acesso ao crédito e à terra. Neste novo modelo de produção agropecuária é exigido ao produtor rural capital financeiro suficiente para arcar com os altos custos dos insumos e tecnologias necessários, bem como expandir a área de produção, comprando ou arrendando terras de terceiros, para assim aumentar a escala e conseguir obter lucro. Nas entrevistas, os relatos acerca das dificuldades e insatisfação com esse novo cenário foram recorrentes:

Se for pra plantar só pra você comer, compensa você comprar no mercado e não se aventurar em fazer plantio pequeno, ou você faz grande ou não faz. [...]No tempo que todo mundo ia pra roça, um sítio de quatro alqueires sustentava uma família de 10 a 12 pessoas trabalhando ali dentro e fazendo algum biquinho por fora. Daí hoje mudou, hoje com uma família de 10 pessoas tem que ter pelo menos 40 alqueires, se não a família não sobrevive. (João Luciano, UD4. 19/10/2019).

O sítio hoje é complicadinho, muito gasto né. [...]O preço baixo que nois vende, e o que nois compra é muito alto. Você vai plantar um milho, é um absurdo que fica pra você plantar. Você vai vender um leite é um real e pouco o litro. A dificuldade maior nossa é isso. Tudo bem, as coisa ser cara, mas se acompanhasse mais ou menos para sobrar mais. [...]A gente mexe com outra coisa aí porque ficou difícil a lavoura por causa de terra, né. A gente não tem área muito boa, daí começou a complicar. Tinha que sair muito longe e parar muito tempo fora. E foi desanimando, né! (João Rochel Filho, UD5. 28/10/2019).

Porque quando eu comecei a tirar leite, um litro de leite dava pra comprar três de gasolina [...]Tinha uma família dos Vieira, não era muitos filhos deles, era uns três ou quatro. Com 20 litros de leite [por dia] eles traziam aquelas moças bem-vestidas, só que eles tinham uma horta boa, plantavam

arroz, feijão pro gasto, milho e tinham um porquinho pro gasto, mas não vendiam. Era 20 litros de leite, só isso, e vendiam um bezerrinho lá que sobrava. E hoje com 20 litros de leite o que você faz? (José Policarpo, UD6. 04/11/2019).

Ah, porque a situação vai apertando e não tem como competir com os grande. Então, a gente parou no tempo né. Não tem quem debilha. Porque até tem, tem que ir atrás de uma máquina grande. Por exemplo, aí pra vir entrar num pedacinho pequeno da gente não tem nem como. Muitos fica bravo, mas a gente entende. Por exemplo, hoje essa máquina grande nem na estrada pode andar, ela tem que vir no caminhão, por exemplo, e montar ela lá no serviço. Como ela vai vim no pedacinho pequeno da gente? Que nem na porteira cabe ela. Então, dificultou. (Abel Agapto, UD1. 26/12/2019).

Diferentemente das UD's abordadas anteriormente, a UD7, mesmo seguindo um padrão de diversificação e especialização semelhante ao padrão geral, adaptou-se com relativo grau de sucesso ao novo “pacote tecnológico”. Desta forma, a diminuição de atividades produtivas após a década de 1980 se deve principalmente a um processo de especialização voltado às culturas associadas ao novo “pacote tecnológico” como a soja e o milho, em substituição ao cultivo tradicional de arroz e de feijão.

A UD2 apresentou uma variação no histórico produtivo bem peculiar, com uma drástica redução das atividades produtivas na transição entre as décadas de 1990 e 2000 (Figura 5). Neste caso, a especialização pode ser explicada pela desvinculação das atividades produtivas dos pais e irmãos de Adenilson, quando o mesmo se casou e se mudou para outra propriedade. Além disso, o casal trabalhou fora da propriedade em alguns períodos, mantendo basicamente a produção de leite e queijos, atualmente a única fonte de renda da família.

Já as UD3 e UD9 seguem um padrão diferente das demais UD's, pois diversificaram suas atividades produtivas constantemente ao longo das décadas (Figura 5). Porém, apesar desta diversificação, a economia destas duas UD's é fortemente dependente de poucas atividades.

No caso da UD3, Francisco Gomes começou a trabalhar com seu pai na produção de milho e criação de gado em 1995. A primeira inserção de outras atividades aconteceu no ano 2000 quando iniciou o plantio de melancia e a produção de leite. O aumento mais relevante da diversificação se dá em 2005, quando realizou parcerias com empresas para produção de madeira e resina, assim como construiu algumas estufas para produção de hortaliças em sistema de parceria com alguns produtores de Buri.

Entretanto, constatou-se nas entrevistas que apesar da alta diversidade produtiva, atualmente a UD3 depende principalmente das parcerias com as agroindústrias de madeira e resina. Assim, suas outras atividades assumem apenas um papel secundário dentro do seu repertório produtivo atual. Por outro lado, em tese, a manutenção dessa diversificação pode trazer maior resiliência e potencial de adaptabilidade do produtor frente às situações e condições futuras imprevisíveis (SCHNEIDER, 2010; SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Já na UD9 houve uma relevante adesão ao novo “pacote tecnológico” associado ao aumento da área de produção de arroz, feijão e milho, bem como a inclusão de novas atividades a partir da década de 1980 (pipoca, milho branco, trigo, soja e sorgo). Também verificou-se a inclusão da criação de gado e porcos e a produção de leite. Entretanto, apesar de aumentar sua diversificação durante as décadas, verifica-se que atualmente a UD9 destina grande parte da área do sítio ao cultivo de monoculturas, dependendo quase que exclusivamente da produção de milho, soja e trigo. Segundo Sirval Agápto (UD9), apesar de desenvolver oito atividades diferentes na década de 2010, irá trabalhar com apenas quatro a partir de 2020.

Pode-se constatar que as UD7 e UD9, apresentaram uma tendência de especialização e alto grau de dependência de culturas mais mecanizadas como a soja, milho e trigo. Outras semelhanças destacadas entre estas UD7 e UD9 é a posse de terras adequadas e em quantidade viáveis para o plantio mecanizado de cereais. Nestes casos, os chefes das famílias (cônjuges) encontram-se aposentados e pelo menos um dos filhos trabalha com os pais na propriedade, o que revela a tendência de reprodução e continuidade deste modelo produtivo pelas novas gerações nestas UD7 e UD9.

Por outro lado, as UD1 e UD4, que não se integraram ao novo modelo de agricultura, além de relatarem dificuldades de manter as atividades tradicionais, também evidenciaram uma tendência de migração dos indivíduos mais jovens em busca de novas oportunidades, como empregos na cidade ou em grandes propriedades rurais. Na UD1 e UD4, por exemplo, apesar dos chefes de família estarem aposentados e ainda desenvolverem algumas atividades produtivas, todos os descendentes não trabalham mais nas respectivas propriedades. Dessa forma, fica evidente um preocupante processo de desaparecimento dos pequenos produtores dedicados à produção tradicional e pouco mecanizada.

Outro fator importante revelado pelos produtores foi a preocupação com o uso excessivo de agrotóxicos e com a qualidade dos alimentos produzidos neste novo sistema. Segundo eles, além deste modelo produtivo ser extremamente dependente do uso de agrotóxicos, alguns representantes de empresas do ramo recomendam a aplicação destes produtos além do necessário. Luiz Batista (UD7),

revelou uma grande preocupação com a degradação ambiental e com a própria saúde, associado ao uso cada vez mais intensivo dessas substâncias.

Então, se não fosse o uso de tanto veneno, seria melhor hoje. Porque no passado você produzia pouco mas você não estragava tanto a saúde como hoje. Porque não deixa de prejudicar, viu. Às vezes as pessoas não querem admitir muito, mas você vê o quanto aumentou a doença no povo hoje [...] Então, você veja bem, hoje é proibido caçar, é proibido coisa. Eles acham que assim funciona. É uma falha humana, porque naquela época o caçador não depredava tanto igual hoje. Aqui tinha perdiz, bastante. Com essa passagem de veneno na lavoura, na soja, no milho ela come o arroz, o milho, o trigo, tá envenenada. É o que acabou com os passarinho. Foi a tecnologia, o avanço, o veneno que é jogado hoje até com avião” (Luiz Batista, UD7. 25/10/2019).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas com as transformações ocorridas no cenário agrícola em questão, algo que se mostrou muito presente nas entrevistas foi a forte identificação com o meio rural e o orgulho que estes indivíduos têm em serem agricultores, bem como a consciência da importância que a categoria representa na sociedade, principalmente com a produção de alimentos. Percebeu-se também entre os entrevistados um forte desejo de valorização da agricultura familiar, principalmente por parte do Estado.

Precisa incentivar os pequenos produtor ter meios de continuar no sítio. [...]Futuramente pode ser que não tenha comida, né. E pode ser verdade mesmo, porque os pequenos tá na mão dos grande. Os grande não querem plantar o que comer, eles se preocupam em plantar outro tipo de lavoura, né. Tá acabando, a gente não vê por aqui. No bairro não tem ninguém que planta feijão, não tem ninguém que planta arroz (Jolice, UD2. 07/11/2019).

O que tá precisando melhorar seria que o governo, a moda, lançasse, como eu falei anteriormente, aqueles programas que o governo lança pra tentar segurar o homem no campo. Mas que ele lançasse o programa e colocasse recursos para as pessoas a moda realmente conseguir fazer as coisa. [...] Hoje em dia o homem do campo não se mantém. [...]Política agrícola, a moda que ajude realmente, que não venha a moda pra fazer campanha e depois suma, depois desapareça. Que seja um programa que fique. (João Luciano, UD4. 26/10/2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma abordagem antropológica, neste artigo, discutimos o histórico produtivo de pequenos agricultores no sudoeste paulista, em sua interface com a história e o contexto ambiental da região. A análise das narrativas locais evidenciou importantes transformações na paisagem e na dinâmica produtiva da região durante o século XX. Uma considerável redução de floresta primária foi associada a atuação dos ramais lenheiros e das serrarias, assim como a substituição da coivara por uma agricultura mais intensiva. Este novo modelo de agricultura, apesar de utilizar áreas florestais em um primeiro momento, gerou um processo de abandono de antigas áreas de coivara à medida que avançava sobre o cerrado.

Informações inéditas sobre estratégias produtivas e respostas adaptativas das famílias ao longo do tempo também foram reportadas. As UD's analisadas se envolveram em 25 atividades produtivas diferentes entre 1952 e 2019, em uma dinâmica pendular que oscilou entre momentos de especialização e diversificação produtiva ao longo do tempo. Foi na década de 1980 que as famílias analisadas vivenciaram o auge da diversificação de suas atividades, seguida por um processo de especialização até o período atual. Esta redução do portfólio está associada à produção focada em *commodities* por algumas famílias que se adaptaram à modernização da agricultura e ao retorno a práticas tradicionalmente realizadas na região pelas demais famílias, como a pecuária de leite e corte.

A dificuldade relatada pelos produtores de se integrarem ao novo cenário agrícola mostrou como a modernização da agricultura favoreceu os grandes proprietários capitalizados na região, submetendo o pequeno produtor a situações de precariedade. Tal situação, além de desmotivar a permanência dos jovens nas atividades familiares no campo, também revela um preocupante processo de desaparecimento do pequeno produtor de base familiar e das atividades produtivas tradicionais na região.

Compreender o processo histórico e a situação atual do cenário rural do sudoeste paulista, assim como a realidade do pequeno produtor local é um importante passo para buscar um desenvolvimento mais coerente da região, que respeite suas características socioeconômicas, ambientais e culturais. Especialmente para o Campus Lagoa do Sino da UFSCar, que busca o desenvolvimento da região, atuando com foco no agricultor familiar, as informações e análises apresentadas neste artigo podem ser tomadas como subsídios para suas atividades de ensino, pesquisa e, principalmente, de extensão. Fortalecer a agricultura familiar, valorizando seus conhecimentos tradicionais e as formas de produção podem ser promissores caminhos no combate à pobreza e as desigualdades características do sudoeste paulista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe. Território sudoeste paulista: entre conflitos, relações de poder e identidades – notas de uma pesquisa. **Rural & Urbano**, v.4, n.2, p. 109-122, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/242106>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil (2003-2016)**: um estudo do território sudoeste paulista (SP). 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – UFSCar, Araras, 2020.

BALÉE, W. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 75–98, 2006. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231>. Acesso em: 05 mar. 2020.

BEM, Sueli Ferreira de. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas**. 1998. 419f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, São Paulo, 1998.

BERNARD, H. Russell. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Walnut Creek: Altamira Press, 2006.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v.10, n.2, p. 141-163, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRONDÍZIO, Eduardo Sonnewend. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. *In*: ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui Sérgio; NEVES, Walter (Orgs.) **Sociedades caboclas amazônicas** – Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume Editora, 2006. p. 195-235.

BURI (SP). **Plano municipal de educação**. 2015. Disponível em: <http://www.buri.org.br/leis/PME.Buri.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia_e_extensao_rural_contribuicoes_para_a_promocao_de_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

CHAVES, Igor Matheus Santana; PASSARELLI, Silvia Helena. O trem na cidade: o lugar da Estrada de Ferro Sorocabana na construção da paisagem de Itapetininga - SP. In. IX ENCONTRO DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Brasília, 2019.

CONKLIN, Harold C. The Study of Shifting Cultivation. **Current Anthropology**, v.2, n.1, p. 27-61, 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/200160>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)**. Londrina: Eduel, 2013.

CRUMLEY, C. L. **Historical Ecology: Cultural Knowledge and Changing Landscapes**. Santa Fe, NM and Seattle, WA: School of American Research Press, 1994.

DA SILVA, Henrique Ataíde; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da *Manihot esculenta* no estado de São Paulo. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v.9, n.1, p.37-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222014000100004>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.157-172, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. Acesso em: 13 fev. 2019.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Na-**

tureza, Uberlândia, v. 29, n. 3, p. 469-484, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v29n3-2017-8>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, London, v.35, n.1, p.1-38, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220389808422553>. Acesso em: 1º nov. 2019.

FAVARETO, Ariane. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável sudoeste paulista (SP)**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT – MDA, 2007. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio089.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no estado de São Paulo**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – USP, Piracicaba, 2005.

FOGAÇA, Jôse Rocha. **Complementando a renda no ramal da fome: o estudo de um programa de renda mínima**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2020.

LISBOA, Maria Aparecida Morais. **Viver na intersecção de culturas: trajetórias de famílias imigrantes italianas em Angatuba - SP (1881-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2001.

LISBOA, Maria Aparecida Morais. **A política dos coronéis e a difusão do ensino primário em Angatuba/sp (1870-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2008.

LUDEWIGS, Thomas; BRONDIZIO, Eduardo. Paths of Diversification: Land use, livelihood strategies and social learning along the aging of a land reform settlement in Acre, Brazil. **Amazonica**, v.1, n.2, p. 330-367, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/298>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MATHEUS, Delwek. **Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Unesp, São Paulo, 2016.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias.** A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes, 1990.

MCNEILL, John R.; ROE, Alan. Editor's Introduction. *In: Global Environmental History: An Introductory Reader.* London: Routledge, 2013.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>. Acesso em: 30 jun. 2019

NOGUEIRA, Elizabeth Alves. **Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1999.

PÁDUA, A. J. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>. Acesso em: 07 jan. 2019.

PAULILLO, Luiz Fernando; TORRES, Isaías; MELÃO, Maria da Graça Gama; FRANCO, Fernando Silveira; FARIA, Luiz Carlos de; VIEIRA, Marcos Antonio Sanches; LAVORENTI, Norberto Antonio Lavorenti. **Proposta para implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar.** Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2011. Disponível em: https://www2.ufscar.br/documentos/projeto_lagoadosino.pdf. Acesso em: 05 mai. 2018.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.2, n.2, p. 135-148, 1999. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

PEDROSO JR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; TAQUEDA, Carolina Santos; NAVAZINAS, Natasha Dias; RUIVO, Aglair Pedrosa; BERNARDO, Danilo Vicensotto; NEVES, Walter Alves. A casa e a roça: socioeconomia, demogra-

fia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.3, n.2, p. 227-252, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222008000200007>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. O fluxo de gado à Sorocaba e a importância econômica do caminho do Sul na década da independência. **Revista de História**, v.46, n.94, p. 383-406, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131998>. Acesso em: 13 out. 2018.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; GALINDO, Ernesto Pereira; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; PEREIRA, Rodrigo Mendes. A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: MONASTERIO, Leandro Monteiro; NERI, Marcelo Côrtes; SOARES, Sergei Suarez Dillon (Orgs.) **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3605>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SAMPAIO, Theodoro. Considerações geográficas e econômicas sobre o vale do rio Paranapanema. **Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo**, n.4, p. 85-158, 1890. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asampaio-1890-consideracoes/sampaio_1890_consideracoes.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

SANTOS, Ademir Pereira dos; CARLOS, Rosa Matilde Pimpão. Theodoro Sampaio e a primeira base geodésica do Brasil. **Terra Brasilis**, São Paulo, n.8, p. 1-11, 2017. Disponível em: doi: 10.4000/terrabrasilis.2230. Acesso em: 11 ago. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação. **Ruris, Revista Do Centro De Estudos Rurais - UNICAMP**, v.4, n.1, p. 85-132, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Isabel. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v.3, n.1, 93-125, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3308>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SILVA, Naaman Francisco Nogueira; AGUIAR, Ketilin Siqueira de; PIMENTEL FILHO, Natan de Jesus; FERREIRA, Iuri Emmanuel de Paula; TROIANI, Caetano Afonso Lanzoni; TRIBST, Alline Artigiani Lima; CARVALHO, Antônio Fernandes de. Milk quality, production process and physicochemical characteristics of Porungo, an artisanal cheese from the State of Sao Paulo, Brazil. **The Journal of dairy research**, v.87, n.4, p. 480–483, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022029920001016>. Acesso em: 21 dez. 2020.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past: oral history**. Oxford University Press, 2000.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. Da Revolução Verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v.14, n.2, p. 93-124, 2016.

VEIGA, José Eli; ABRAMOVAY, Ricardo; EHLERS, Eduardo. Em direção a uma agricultura mais sustentável. In: RIBEIRO Wagner. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. EDUSP/Imesp, São Paulo, p. 305-333, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu, 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Petersen, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. AS-PTA, p. 33-45, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/373>. Acesso em: 03 de jul. 2019.